

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

“Credenciamento de emissoras de rádio com frequência modulada (FM) para prestação de serviços divulgação de atos oficiais e legais, anúncios institucionais e informativos de interesse público”

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

- Processo Administrativo nº 281/2025
- DFD – Documento de Formalização de Demanda nº 235/2025

2. DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

- Neurivan De Sousa Almeida - ASSESSOR ESPECIAL DE GOVERNO
- Eduardo Guedes dos Santos - Diretor do Departamento de Gestão da Comunicação
- Raquel Carvalho de S. Ferreira – Coordenadora Geral de Planejamento

3. DIRETRIZES QUE NORTEARÃO ESTE ETP

Versa o presente Estudo Técnico Preliminar sobre a Credenciamento de emissoras de rádio com frequência modulada (FM) para prestação de serviços divulgação de atos oficiais e legais, anúncios institucionais e informativos de interesse público.

Vale lembrar que o presente serviço a ser prestado na forma do objeto descrito terão caráter informativo, educativo e de orientação social, vedada a promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos, na forma do §1º do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Considera-se também o que diz a Lei Federal nº 14.133/2021, notadamente os arts. 74, caput, 78, I, combinados com o art. 79, I e Decreto Municipal nº 26 de 23 de janeiro de 2024, art. 7º, inciso I e Art. 30.

4 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O credenciamento de emissoras de rádio com frequência modulada (FM) é fundamental para garantir a ampla divulgação de atos oficiais e legais, bem como de anúncios institucionais e informativos de interesse público. Esta necessidade surge da obrigatoriedade de transparência na comunicação governamental, visando assegurar que informações relevantes atinjam de forma eficaz e eficiente toda a população, independentemente de sua localização geográfica.

As emissoras de rádio FM são meios de comunicação de massa com grande capilaridade e audiência diversificada, alcançando tanto zonas urbanas quanto rurais.



A utilização dessas emissoras para a veiculação de conteúdos oficiais contribui para o fortalecimento da cidadania, permitindo que os cidadãos tenham acesso rápido e direto a informações sobre programas, projetos, campanhas públicas, leis, decretos, editais e outros atos administrativos.

O processo de credenciamento busca garantir a seleção de emissoras que atendam aos critérios técnicos e legais, promovendo a igualdade de oportunidades entre os veículos de comunicação interessados e a otimização dos recursos públicos destinados à comunicação institucional. Além disso, permite a formação de um cadastro de fornecedores qualificados, aptos a atender às demandas de divulgação de forma tempestiva e com qualidade.

5. ÁREA REQUISITANTE

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste RO

Unidade Orçamentária: 020201- Gestão das ações do Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 2.002 - Atividades do Gabinete do Prefeito

6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O credenciamento de emissoras de rádio com frequência modulada (FM) é fundamental para garantir a ampla divulgação de atos oficiais e legais, bem como de anúncios institucionais e informativos de interesse público. Esta necessidade surge da obrigatoriedade de transparência na comunicação governamental, visando assegurar que informações relevantes atinjam de forma eficaz e eficiente toda a população, independentemente de sua localização geográfica.

As emissoras de rádio FM são meios de comunicação de massa com grande capilaridade e audiência diversificada, alcançando tanto zonas urbanas quanto rurais. A utilização dessas emissoras para a veiculação de conteúdos oficiais contribui para o fortalecimento da cidadania, permitindo que os cidadãos tenham acesso rápido e direto a informações sobre programas, projetos, campanhas públicas, leis, decretos, editais e outros atos administrativos.

O processo de credenciamento busca garantir a seleção de emissoras que atendam aos critérios técnicos e legais, promovendo a igualdade de oportunidades entre os veículos de comunicação interessados e a otimização dos recursos públicos destinados à comunicação institucional. Além disso, permite a formação de um cadastro de fornecedores qualificados, aptos a atender às demandas de divulgação de forma tempestiva e com qualidade.

Descrição dos Requisitos da Contratação



Para o credenciamento de emissoras de rádio com frequência modulada (FM), serão exigidos os seguintes requisitos:

1. Requisitos Técnicos:

- Comprovação de regularidade junto à Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), com outorga para operação na faixa de FM;
- Outorga expedida pelo Ministério das comunicações;
- Capacidade técnica para transmissão com qualidade de áudio e cobertura em território definido;
- Apresentação de mapa de cobertura da área atendida pela emissora.

2. Requisitos Legais e Administrativos:

- Inscrição regular no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, incluindo certidões negativas de débitos federais, estaduais e municipais;
- Documentação que ateste a inexistência de impedimentos legais para contratar com a administração pública.

3. Requisitos de Capacidade Operacional:

- Experiência comprovada na veiculação de anúncios institucionais, campanhas públicas ou serviços similares;
- Estrutura operacional que permita a execução dos serviços de forma tempestiva, incluindo equipe técnica qualificada.

4. Critérios de Avaliação:

- Alcance da emissora (número estimado de ouvintes e área de cobertura);
- Qualidade do serviço prestado, incluindo clareza e fidelidade do áudio;
- Histórico de cumprimento de contratos anteriores, quando aplicável.

Estes requisitos visam assegurar que as emissoras credenciadas tenham capacidade técnica, legal e operacional para a prestação de serviços de divulgação com qualidade, transparência e eficiência, atendendo às demandas da administração pública e às expectativas da sociedade.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para a contratação em tela, verificou-se contratações similares feitas por outros órgãos e entidades da Administração, no intuito de identificar melhores práticas, metodologias e soluções que melhor se adequassem a nossa necessidade. Na oportunidade, constatamos que a forma de contratação é similar aos modelos adotados em outras contratações no âmbito da Administração Pública.

8 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

As especificações técnicas contidas no presente documento, inclusive quanto ao detalhamento, requisitos, características, e quantitativos do objeto da contratação,



foram definidos pelo setor demandante, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público, do qual está identificado no final e aprova o presente instrumento.

Diante da natureza e das peculiaridades do objeto NÃO haverá exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica.

9 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

O dimensionamento do quantitativo foi obtido com base na expectativa de consumo da área demandante (DFD 218/2025).

10 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

No intuito de justificar os preços, foi possível utilizar como parâmetro para aferir a sua razoabilidade as contratações pretéritas perante outros entes públicos ou particulares.

Neste contexto, faz parte do TR que compõe esse documento, pesquisas de outros serviços; do perfil e também do tempo de duração do serviço.

No tocante das variações de valores apresentados nos mercados é natural que possa haver disparidades entre os municípios, uma vez que, por mais que tenhamos adotado a média do mercado pesquisado. Há que se convir que os interessados tem despesas acessórias que não são computadas na composição dos custos e que, de forma razoável, valor acaba englobando as mesmas.

Tal análise fora replicada no TR, mas tal método foi embasado em estudo prévio e replicaremos aqui como forma de clara exemplificação, conforme documentos de pesquisa de preços.

Total Estimado da contratação: R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais).

11 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Neste caso de demanda de serviço, não se aplica parcelamento e sim serviços unitários conforme demandas ao longo do ano.

12 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não existe a necessidade de contratações correlatas.



13 – ALINHAMENTO ENTRE CONTRATAÇÃO E PLANEJAMENTO

Considerando que o Plano de Contratações Anual do Município de Colorado do Oeste encontra-se em fase de elaboração, não foi possível demonstrar a previsão da contratação do objeto deste Estudo Técnico Preliminar no referido documento, porquanto a nova Lei de 14.133, foi implantada em 2024.

A referida contratação encontra-se amparada no PPA 2022 – 2025, LOA 2024 e DFD 218/2025.

14 – RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a presente contratação a instituição almeja alcançar, sob os aspectos da economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais, e financeiros disponíveis, inclusive do ponto de vista da sustentabilidade ambiental.

Administrações dos objetos adquiridos nas instituições do município têm como objetivo, garantir o suprimento de todas as áreas de organização, ao menor custo possível e de maneira que a prestação de seus serviços não sofra interrupções prejudiciais aos atendimentos.

15 - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Não se aplica

16 – POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A prestadora do serviço deverá pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental, em especial aos artigos 4º, 5º e 6º da Instrução Normativa N.º 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento e a Resolução 307, de 05 de julho de 2002, do CONAMA.

As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela Contratada:



- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água.
- b) Os materiais empregados pela Contratada deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.
- c) A qualquer tempo a Contratante poderá solicitar à Contratada a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

17 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente estudo técnico preliminar evidencia que a contratação da solução descrita neste instrumento se mostra tecnicamente viável e fundamentalmente necessária. Diante do exposto, declaro ser viável a contratação pretendida em termos de disponibilidade, competitividade de mercado e forma de contratação, não se observando óbices ao seu prosseguimento.

Colorado do Oeste, 11/02/2025.





Município de Colorado do Oeste

04.391.512/0001-87

Av. Paulo de Assis Ribeiro, 4132 - Centro

www.coloradodoeste.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Anexo	ETP	21/02/2025
ID: 435385		Processo
CRC: 12625867		Documento
Processo: 1-281/2025		
Usuário: Isaque Almeida Chaves		
Criação: 21/02/2025 12:59:07	Finalização: 21/02/2025 12:59:07	
MD5: C989C1709433CCEE41E89D3F98E6407C		
SHA256: 697FEF5217FA2169BD1B9E0E658DEF6A9D550072B5867FA41E1E05F1A017C639		

Súmula/Objeto:

ETP, Edital e TR



INTERESSADOS

0201-GABINETE	COLORADO DO OESTE	RO	21/02/2025 12:59:07
---------------	-------------------	----	---------------------

ASSUNTOS

3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	21/02/2025 12:59:07
--	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	Neurivan De Sousa Almeida	ASSESSOR ESPECIAL DE GOVERNO	21/02/2025 13:06:23
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 095/2020.			
	Raquel Carvalho de Souza Ferreira	COORDENADORA GERAL DE PLANEJAMENTO	24/02/2025 07:51:50
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 095/2020.			

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.coloradodoeste.ro.gov.br informando o ID 435385 e o CRC 12625867.